

## Abi-Ackel: Constituinte é só bandeira eleitoral

RECIFE (O GLOBO) — O ministro da Justiça, Ibráhim Abi-Ackel, disse ontem que a convocação de uma Constituinte, defendida pelos partidos da Oposição, "não passa de uma bandeira eleitoral". Ele só considera viável a tese "no caso de rutura do sistema de poder ou de substituição de um regime por outro, o que não ocorre no Brasil".

— Não há nenhum vácuo no País, nenhuma rutura de poder, não há substituição de regime. O presidente João Figueiredo, fiel ao compromisso de fazer deste País uma democracia, vem a cada dia propondo medidas a efetivamente construir essa democracia, não somente no campo político como também no campo social, acrescentou.

Abi-Ackel também só aceita a união nacional quando realizada em torno de "valores permanentes" — o que, para ele, já existe — citando, como exemplo, a Federação, a República e a necessidade de se combater a inflação, a violência e a criminalidade. Ele afasta ainda a hipótese de um Governo de coalizão, mas ressalva que a união nacional em torno desses valores não implicaria na perda de características de partidos de Governo ou de Oposição.

### TRANSFUSÃO POLÍTICA

O líder do Governo na Câmara, deputado Nelson Marchezan, disse ontem em Porto Alegre que a união nacional, no seu entender, só se justificaria, "se o Governo estivesse numa situação de crise tal que perca o controle da situação e seja obrigado a fazer uma transfusão política, trazendo para junto de si novas parcelas".

— Não é este o caso do Governo — prosseguiu — pois, embora desejando o diálogo, a conciliação nacional, a participação de todos, não quer, através da união nacional, silenciar a Oposição.

Marchezan revelou, que no entendimento do Governo, a participação da oposição deve ser feita através da crítica construtiva, apontando erros e sugerindo soluções.

— A Oposição é rápida e muito presente nas críticas — argumentou o líder parlamentar do PDS — mas tem sido muito mais modesta e mais omissa nas sugestões.

O líder na Câmara do Governo Geral, ex-deputado José Bonifácio de Andrada, afirmou ontem em Belo Horizonte que "a união nacional é o caminho mais curto para se chegar à ditadura".

— Estou certo de não ser este o objetivo do senador Tancredo Neves, ao propor a tese, mas se ele atentar para esse lado, irá verificar que, no que está propondo, encontra-se o que ele não quer e que ninguém quer.

José Bonifácio considera o atual Governo com "a necessária capacidade para solucionar os problemas" e destaca que "o PP pode ajudá-lo sem necessidade de união nacional". O ex-deputado também afasta como "impossível" a convocação de uma Constituinte, argumentando que, pela Constituição, nem o presidente da República poderia convocá-la nem o Congresso teria competência para se auto-dissolver".

### GOVERNO DE UNIÃO

O vice-líder do PDS no Senado, Aderbal Jurema (PE), reiterou, ontem em Recife a necessidade de se constituir um governo de união nacional, "no sentido de que se possa combater a inflação em todos os seus aspectos".

— A Nação precisa de união nacional para resolver seus problemas econômicos e sociais; não uma união de natureza político-fisiológica, mas uma união de propósitos para que se possa enfrentar a crise econômica que está aí.

Jurema considera apenas "uma atitude política" a insistência da Oposição na convocação de uma Constituinte e pediu que fosse feito um esforço pela consolidação dos atuais partidos.

### CONSTITUINTE

O líder do PMDB na Câmara, deputado Freitas Nobre, e o coordenador do PP em São Paulo, professor Cláudio Lembo, concordam em apontar a Constituinte como solução para os problemas que o País enfrenta.

— A crise não é setorial — disse Freitas Nobre — e sim geral, porque os modelos econômico e político estão casados indissolúvelmente.

Lembo disse que a atual legislação é contraditória com a realidade do País.